

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

SOFRIMENTO PSÍQUICO-SOCIAL DE MULHERES DESEMPREGADAS NO CONTEXTO DE TRABALHO PRECARIZADO

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo¹

Brunna Rodrigues Nascimento²

RESUMO

O artigo apresenta reflexões preliminares acerca dos sentimentos relatados por mulheres em situação de desemprego na cidade de Corumbá – MS, em 2014. Levando em conta que o mundo do trabalho precarizado e flexível, com suas novas exigências de produtividade e empregabilidade, são atravessados pelas relações de gênero, fazendo com que as mulheres tenham maior possibilidade de passarem pela experiência do desemprego, foram levantados e analisados os sentimentos mais presentes nas situações sociais diárias da falta de emprego com relação ao mundo do trabalho contemporâneo. Este estudo foi realizado com cem mulheres que se encontravam em busca de trabalho no Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador (CIAT), as quais responderam a um questionário sociodemográfico e à Escala de Avaliação de Sofrimento Psíquico-Social de Trabalhadores Desempregados (EASPSTD). Verificou-se que 54% trabalham informalmente e outras 16% estão desempregadas, 49% contribuem e 16% são chefes de família. Mesmo a maioria (87%) apresentando experiência de trabalho anterior e 61% alguma capacitação, 37% mulheres procuram emprego há mais de um ano. Os sentimentos mais prevalentes, conforme a categorização das respostas frequentemente ou sempre, foram vergonha por não estar ajudando em casa (49%), medo de não arrumar um emprego (38%), tristeza por não estar trabalhando (45%), e ansiedade por

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, atua nos cursos de em Psicologia, mestrado em Educação e mestrado em Estudos Fronteiriços. Coordena o Laboratório de Psicologia do Trabalho e Saúde Coletiva.

² Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

não estar trabalhando (38%), os quais estão relacionados à vulnerabilidade, incertezas e inseguranças do mundo do trabalho contemporâneo.

Introdução

O efeito do desemprego sobre a subjetividade tem ganhado espaço nas discussões acadêmicas pelo grande número de pessoas que têm sido atingidas pela falta de um trabalho com vínculo formal e reconhecido socialmente. O desemprego se constitui em um importante problema estrutural em todo o mundo, inclusive nas economias desenvolvidas, sendo capaz de gerar conseqüências à saúde mental dos que se encontram fora do mercado de trabalho.

O cenário do fim da sociedade salarial nos anos 1970 trouxe consigo a crise do emprego fordista, modalidade de trabalho caracterizada por regular a garantia de direitos e deveres entre empregados e empregadores. Trazendo como ponto de partida a ideia de flexibilização, o novo padrão para aumento da produção trouxe propostas que começaram a nortear os processos, os contratos e as relações sociais no trabalho, aumentando a precarização dos vínculos empregatícios através da desregulamentação social. Nesse contexto, aumenta a instabilidade e predominam salários baixos, faltam condições satisfatórias de trabalho e não existe acesso aos benefícios garantidos pelo trabalho formal.

No Brasil foi a partir de 1990 que as políticas neoliberais proporcionaram a abertura econômica e a implantação das inovações tecnológicas condizentes à era da globalização, acarretando a introdução de formas atípicas de trabalho, precárias, e o desemprego estrutural e/ou tecnológico (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2012). Para José-Silva (2006) o desemprego tecnológico tem relação com o aumento da produtividade requerida pelo toyotismo através da melhoria da tecnologia por meio da racionalização dos processos produtivos, causando a perda de postos de trabalho em função do pouco preparo educacional dos trabalhadores para lidarem com automação e informatização. Com isso, a situação de desemprego se tornou bastante recorrente na trajetória ocupacional, sendo cada vez mais difícil o acesso ao trabalho assalariado e decente para todos os trabalhadores, até mesmo nos países mais desenvolvidos.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A condição de desemprego é caracterizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2010), por uma situação involuntária causada pela falta de emprego, ou pelo exercício de atividades irregulares e precários, em que existe vontade de mudança, mas falta oportunidade. Ainda que entre 2000 e 2011 no Brasil as taxas oficiais indiquem uma diminuição, totalizando em 6% a taxa de desemprego aberto para o período (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2012), a condição de desemprego denota a incapacidade do país em regular o trabalho e proporcionar condições de vida dignas a toda população (LEAL, 2011), em especial para as mulheres.

De acordo com Oliveira, Carvalho e Veloso (2011), e Silvestre e Fernandes (2014), são as mulheres as mais atingidas pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, através do aumento de sua inserção em contratos de duração determinada, terceirizadas, informais, clandestinos e em tempo parcial, exercendo atividades de menor qualidade e com baixos rendimentos. Dados referentes ao ano de 2011 (DIEESE, 2014) indicam que 48% das mulheres ainda estavam inseridas informalmente no mercado de trabalho, mesmo com um crescimento de 5,93%, da participação feminina com carteira de trabalho. Ademais, é importante observar que grande parte do número das mulheres estava empregada na área da limpeza, comércio, hospitais e restaurantes de forma terceirizada, o que envolve piores condições de trabalho e salários mais baixos.

Para Falquet, Hirata e Lautier (2006), apesar do crescimento da participação econômica em trabalhos formais nos últimos anos, o incremento feminino se deu prioritariamente no setor de comércio e de serviços, através de contratos de trabalho flexíveis, que deixam as mulheres inseguras quanto ao seu futuro profissional, seu emprego, sua renda e sua carreira. Importante colocar que os setores que as mulheres ocupam são atravessados pelas relações desiguais de gênero, que estabelecem diferentes formas de contrato, tarefas e remunerações para a população feminina, com desvantagens evidentes para sua inserção e manutenção no mundo laboral (HIRATA, 2011; FIGUEIREDO, 2008; BRUSCHINI, 2007; GALEAZZI, 2003).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Sofrimento psíquico relacionado ao desemprego

A condição de desemprego, assim como as buscas frustradas por uma colocação, são situações desencadeadoras de sofrimento psíquico para todos os trabalhadores, com ou sem emprego, posto que o desemprego é um problema social que abrange a todos ao gerar sensação de instabilidade e insegurança, maior competitividade, individualidade e luta acirrada pela sobrevivência. De acordo com Ferreira e Mirás (2008), o sofrimento psíquico decorrente do desemprego apresenta-se tanto ao trabalhador quanto ao desempregado; ao primeiro pelo fantasma de ficar sem trabalho e sem renda, e ao segundo pelo medo de não conseguir se inserir no mercado laboral e perder de vez seu poder de compra e de sustentar sua família.

A investigação das consequências psicológicas e sociais da falta de emprego tem sido feita desde 1930, sobretudo em momentos de preocupação mundial diante de recessão e crises econômicas (ESTRAMIANA et al; 2012; PINHEIRO; MONTEIRO, 2007). Para Jahoda (1987) o emprego enquanto um tipo de trabalho socialmente reconhecido é importante na constituição da subjetividade humana, pois permite a produção de si próprio ao mesmo tempo em que o indivíduo constrói e deixa sua marca no mundo material. Por sua vez, quando a pessoa fica desempregada perde sua identidade, a qual é construída no e pelo trabalho que realiza e, de forma prática, atinge sua noção de tempo, pela mudança dos hábitos cotidianos, alterações nos objetivos de vida e isolamento social por causa da exclusão da sociedade, em função das perdas financeiras decorrentes da privação de emprego.

Segundo Cardoso (2004) a vivência do desemprego produz consequências psicológicas, morais e na construção da subjetividade, pois a condição de estar desempregada impede o sujeito de constituir-se como produtor de si e do meio através do trabalho. O indivíduo, ao ter um emprego, estabelece vínculos e compartilha experiências fora de casa, adquirindo o status de trabalhador pela sua capacidade de participar da sociedade pelo seu poder de compra, visto que a situação de desemprego priva o indivíduo do poder de consumo, gerando um sentimento de exclusão social com impactos psicossociais (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007).

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

De acordo com Araújo et al (2006), a maior parte das pessoas garante sua sobrevivência por meio do trabalho-emprego ou do trabalho-mercadoria, que representa condição primordial para o domínio de sua própria vida por meio da obtenção de renda e integração social do indivíduo. Diante da importância dada ao emprego assalariado na sociedade capitalista, trabalhadores desempregados se sentem inúteis, humilhados e ofendidos pela situação em que se encontram (MONTREOZOL et al, 2008). Para Dejours (2007) as pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho passam por um processo de dessocialização progressiva que causa intenso sofrimento, por conta da exclusão. Ademais, as atividades laborais envolvem a inserção do sujeito em um coletivo que reconhece sua contribuição para o desenvolvimento do trabalho ou da organização, sendo o trabalho central para a construção, desenvolvimento e complementação da identidade, ou seja, para a constituição da vida psíquica na vida adulta e o fortalecimento da saúde mental (LANCMAN, 2008; SOUZA, 2013).

Quanto aos impactos emocionais e psíquicos decorrentes das situações que a condição de desemprego estabelece, Abs e Monteiro (2010) verificaram a associação entre desemprego e depressão, ansiedade, baixo sentimento de bem-estar, transtorno bipolar, vivência de desamparo, exclusão, falta de perspectiva, intenso medo/receio e despotencialização de capacidades, e Tumolo, L. M. S. e Tumolo, P. S. (2004) constataram a associação com experiências de sofrimento, tristeza, desespero, revolta e exclusão social. Argolo e Araújo (2004) estudaram o bem-estar psicológico em trabalhadores, e constataram uma maior deterioração na saúde mental de pessoas em situação de desemprego quando comparada às que estavam empregadas. Coutinho, Almeida-Filho e Mari (1999) associaram desemprego à auto-estima baixa, instabilidade emocional, depressão e perda de prestígio, situações relacionadas à presença de transtornos mentais comuns.

Barros e Oliveira (2009) buscaram verificar os transtornos psicológicos específicos da população sem emprego, e através da aplicação da Escala para Avaliação de Sofrimento Psíquico-Social de Trabalhadores Desempregados constataram que o item de maior frequência para o sofrimento psíquico foi a vergonha por não poder ajudar nas despesas da casa, em função de não estar trabalhando (82,4%). Por meio da aplicação do Questionário de Saúde Geral de Goldberg verificaram também que 21% dos homens e 34% das mulheres

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

apresentaram fator geral de severidade de doença mental acima da média, sendo que o resultado de 32% das mulheres evidenciou a relação entre depressão e desemprego, com possível risco de suicídio.

Levando em consideração a centralidade do trabalho e os impactos psíquicos decorrentes da vivência da situação de desemprego, esta pesquisa buscou mapear os principais sentimentos em relação ao mundo do trabalho contemporâneo de mulheres que estavam em busca de emprego na cidade de Corumbá – MS, em 2014.

Método

Tratou-se de um estudo quantitativo, descritivo e de corte transversal. Foram analisados os dados de 100 mulheres que buscavam ou tinham cadastro de solicitação de emprego em 2013 e 2014, as quais foram convidadas a responder aos instrumentos de forma voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foram consideradas desempregadas as mulheres que estavam sem exercer atividade laboral com vínculo formal ou mesmo as que estavam exercendo trabalhos irregulares ou informais, e procuravam mudar essa situação no momento da pesquisa (DIEESE, 2010). A investigação foi realizada no Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador (CIAT), instituição criada para que num único espaço fosse oferecida uma oportunidade de emprego diante do que era solicitado pelos empregadores, além de outros serviços como emissão da carteira de trabalho e solicitação do seguro desemprego. O critério de exclusão da pesquisa foi estar trabalhando com vínculo formal.

Este estudo seguiu as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, definidas pela Resolução 196/96 Conselho Nacional de Saúde, e foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), com o número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 11688312.5.0000.0021.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Instrumentos

Foi aplicado um questionário sociodemográfico, o qual continha 37 perguntas abertas e fechadas, dividido em cinco blocos: identificação pessoal (idade, estado civil, número de filhos escolaridade, qualificação e capacitação profissional, percepção da utilidade de sua escolaridade, objetivos profissionais); moradia (tipo de casa, localização, itens indispensáveis para um mínimo de conforto, número de moradores na casa, beneficiário de programas sociais); situação de trabalho e renda (se já tinha trabalhado, idade de inserção no mercado de trabalho, se realizada alguma atividade informal e participação na renda familiar); procura de emprego (tempo de procura, se possui cadastro no CIAT, se houve orientação deste estabelecimento, disponibilidade e restrição para aceitar um emprego); situação de saúde (como caracterizava sua saúde, problemas de saúde, e se houve mudanças significativas que a prejudicassem).

Houve também a aplicação da Escala de Avaliação de Sofrimento Psíquico-Social de Trabalhadores Desempregados (EASPSTD). Desenvolvida por Veiga e Silva (2007), é constituída em dois fatores, psíquicos e sociais, sendo o primeiro composto por oito itens cujo conteúdo se refere a experiências internas vivenciadas a partir do desemprego, como insegurança, estresse, vergonha, tristeza, ansiedade, medo, desânimo e angústia. O segundo fator é composto por cinco itens, e viabiliza avaliar as alterações sociais na vivência com a família, amigos e exclusão do trabalhador em situação de desemprego. Cada item é respondido de acordo com a escala Likert, ou seja, cada item possui alternativas de 1 a 5, visto que o participante responde de acordo com o número que melhor corresponde à frequência com a qual essas situações influenciam em seu dia-a-dia, sendo apresentada as seguintes opções: nunca (1), raramente (2), às vezes (3), frequentemente (4), sempre (5). O instrumento possui qualidade psicométrica satisfatória, com coeficiente de fidedignidade Alfa de Cronbach 0,83.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Análise dos dados

Os dados coletados foram analisados e tabulados no programa Microsoft Excel Versão 2011, através do qual foi realizada a análise descritiva dos dados, sendo os mesmos descritos através das frequências encontradas. Foi calculada a média e o desvio-padrão dos resultados obtidos, sempre no geral da amostra, e não houve a intenção de associar variáveis, e sim mapear e calcular a frequência dos vários sentimentos existentes diante da situação de desemprego.

Resultados e Discussão

Das 100 mulheres entrevistadas, 41% eram casadas e 54% solteiras, 63% não tinham filhos, sendo a média de idade foi de 29,52 (DP = 13,73). Quanto à sua situação ocupacional, 54% declararam que estão inseridas de maneira informal no mercado de trabalho, e outras 16% estão desempregadas, sendo que 30% não responderam a essa questão. Sobre a participação na renda familiar, 49% contribuem e 16% disseram que são chefes de família.

Mesmo a maioria (87%) apresentando experiência de trabalho anterior, e 61% ter relatado algum tipo de capacitação ou qualificação, o tempo de desemprego apresentado por 44% das entrevistadas foi de um a seis meses, sendo verificado que 37% estavam em busca de emprego há mais de um ano.

Tabela 1 - Tempo de desemprego das trabalhadoras entrevistadas no CIAT, Corumbá, entre 2013 e 2014.

Tempo de Desemprego	N (%)	dp
Entre 1 e 6 meses	44%	15,7
De 6 até 12 meses	7%	2,5
De 1 ano e 1 mês a 2 anos	29%	10,37
Acima de 2 anos	8%	2,86
Sem resposta	12%	4,29
Total	100%	-

Fonte: Dados levantados na pesquisa “Prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC) em trabalhadoras que buscam emprego: um levantamento junto a mulheres desempregadas e inseridas em trabalhos informais em Corumbá e em Campo Grande”.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O sofrimento psíquico-social

A partir da aplicação da escala EASPSTD foram levantados os sentimentos relacionados às situações sociais de busca ou de não ter emprego, relatados como existindo frequentemente ou sempre na vivência das mulheres entrevistadas.

Tabela 2 – Frequência de respostas por item da Escala de Avaliação do Sofrimento Psíquico-Social de Trabalhadores Desempregados (EASPSTD), dadas por mulheres em Corumbá – MS, em 2014.

Questões da EASPSTD	Respostas Nunca, Raramente e Às vezes	Dp	Respostas Frequentemente e Sempre	Dp	Total
	N (%)	-	N (%)	-	N (%)
1. Insegurança	70%	26,9	30%	8,6	100%
2. Estresse	71%	27,3	29%	8,3	100%
3. Vergonha	51%	23,1	49%	17,3	100%
4. Tristeza	55%	21,1	45%	12,9	100%
5. Ansiedade	62%	24	38%	13,4	100%
6. Medo	62%	24	38%	13,4	100%
7. Desânimo	70%	26,9	30%	8,6	100%
8. Angústia	71%	27,3	29%	8,3	100%
9. Dificuldade em fazer amizade	88%	33,8	12%	4,2	100%
10. Perda da confiança social	89%	34,5	11%	3,9	100%
11. Perda da confiança familiar	96%	36,9	4%	1,4	100%
12. Privação da diversão	90%	34,6	10%	3,6	100%
13. Evitamento do contato social	91%	35,3	9%	3,3	100%

Fonte: Dados da pesquisa “Prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC) em trabalhadoras que buscam emprego: um levantamento junto a mulheres desempregadas e inseridas em trabalhos informais em Corumbá e em Campo Grande”.

Os sentimentos de vergonha, medo, ansiedade e tristeza frente às dificuldades do mundo do trabalho

Tanto os fatores simbólicos como os econômicos são determinantes no surgimento da vergonha (GAUJELAC, 2006), âmbitos investigados a partir da questão “sinto-me envergonhada porque gostaria de poder estar ajudando nas despesas da casa”, a qual teve uma

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

freqüência de respostas de 49%, sendo o sentimento mais presente na situação de desemprego junto à população estudada, coincidindo com a maior prevalência de sentimento encontrado entre os desempregados na pesquisa de Barros e Oliveira (2009).

A vergonha está associada à contraposição do que é imposto como ideal enquanto valores e normas que o sujeito deveria se adequar, mas entende que fracassou por fraquezas ou incompetência, diante do julgamento de sua comunidade do que é considerado normal (HARKOT-DE-LA-TAILE, 1999). Assim, a situação de desemprego significa, numa primeira instância, a alteridade da identidade do que é considerado ser trabalhadora para a sociedade.

Para Arendt (1997), a identidade se manifesta por meio do que a pessoa faz e realiza em termos profissionais, e das qualificações e atributos valorizados na representação do que significa ser trabalhador. Para Jacques (1996), a entrada precoce no mercado de trabalho, de acordo com o gênero e a classe social, confere valor social e reproduz atributos morais do indivíduo trabalhador, tais como seriedade, obediência, disciplina e honestidade, os quais são incorporados à sua identidade. Levando-se em conta que metade das mulheres começou a trabalhar antes dos 16 anos, compreende-se que a construção de sua identidade está fortemente marcada pelas qualidades morais de ser trabalhadora. Contudo, a partir do momento em que percebem que não conseguem projetar mais essa imagem frente à sua família e à sociedade, sentem-se inferiorizadas com a exposição e julgamento de sua vulnerabilidade, causando o sentimento de vergonha moral (LA TAILLE, 2002).

A vergonha também é um sentimento relevante para a regulação das relações sociais e tem efeito de controle social. Por isso, a vergonha de não poder contribuir nas despesas da casa está relacionadas a toda uma construção social do que é considerado digno e valorizado na sociedade para ser empregável, impingindo culpa às participantes por não prover o sustento de sua família, posto que 16% delas são chefes do lar. Para Frigotto (1999), por meio da culpa a causa de não ser empregável é deslocada para o plano individual, exigindo que habilidades técnicas e competências cognitivas e comportamentais sejam adquiridas constantemente. Ideologicamente, a falta de vontade do sujeito em se qualificar é apontada como a grande responsável pela dificuldade para a entrada no mercado de trabalho, o que não se constatou na realidade estudada.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A maior parte das trabalhadoras entrevistadas possuía ensino médio completo (51%), visto que 26% das entrevistadas declararam que continuavam estudando, estando 6% vinculadas a um curso técnico ou superior, e 61% tinham algum tipo de capacitação ou qualificação profissional, inclusive de nível superior. Apesar disso, a educação formal não parece ter sido condição suficiente para que as mulheres entrevistadas conseguissem sair da situação de desemprego, mesmo 40% considerando o ensino médio como o mínimo necessário para conseguir uma colocação na área pretendida, e de 54% terem a percepção de que a sua educação formal seria suficiente para que entrassem no mercado de trabalho formal.

O que se percebe é que a vergonha e a culpa acabam levando as mulheres a assumirem individualmente a responsabilidade de uma questão vinculada a questões políticas, sociais e econômicas. Nesse sentido, La Taille (2002) diz que o sentimento da vergonha pressupõe um controle interno, ou seja, quem sente vergonha julga a si mesmo, neste caso, por não poder ajudar, por estar desempregada, por não corresponder ao que é esperado de sua família, que necessita de sua renda, e do mercado de trabalho, que exige mais competências.

De acordo com La Taille (2002), Chahad, C. e Chahad, J. P. Z (2005), a vergonha pode também acabar empurrando o sujeito para o isolamento ou evitamento social, pois a pessoa sem emprego julga por si como a sociedade reagiria à condição abominável do desemprego. Esses sentimentos de inferioridade e vergonha causados pela privação de emprego dificultam a construção de uma identidade coletiva fora do espaço laboral pelo próprio reconhecimento social atribuído ao trabalho, o que gera um maior silêncio acerca dos problemas que acometem os trabalhadores que estão desempregados, inibindo a mobilização política para que lutem por seus direitos e possam encontrar em conjunto saídas para sua situação (LEAL, 2011).

A empregabilidade, relacionada à idéia da incansável reciclagem e estabelecimento de relações em redes sociais que propiciem a inserção mais rápida no mercado formal, nem sempre é fácil de ser reforçada, dadas as condições de vulnerabilidade socioeconômica vinculadas ao desemprego (ROCHA, 2000). Ademais, no contexto apresentado em que predominam trabalhos precários, para que as mulheres consigam concorrer a um emprego e serem consideradas competitivas precisam apresentar uma escolaridade maior, qualificações

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ou capacitações diversas e características pessoais, subjetivas, que configurarão suas competências enquanto um conjunto de saberes e habilidades, conjunto de requisitos que nem sempre está pronto e disponível para ser utilizado pelo capital no processo produtivo. Das mulheres pesquisadas, 48% relataram que tiveram que parar de estudar para trabalhar, e 70% se inseriram no mercado de trabalho até os 18 anos de idade, sendo que 27% entre 14 e 16 anos, 23% antes dos 14 anos e 20% entre 17 e 18, indicando as poucas possibilidades de atenderem às novas exigências do mundo laboral.

As mudanças no mundo laboral que trouxeram as inovações tecnológicas e novos tipos de contratos de trabalho exigem novas demandas aos que necessitam de um emprego, gerando o sentimento de medo e insegurança (RESENDE; MENDES, 2004; COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014). A incerteza de ser empregável gera grande insegurança que, aos poucos, se transforma em medo a partir da leitura das trabalhadoras sobre as dificuldades que as atingem advindas com a radicalização do processo de globalização, como ter que lidar com as novas tecnologias para serem competitivas (COTTA; LEÃO, 2013). Para Bauman (2007), o medo guiado pelas incertezas da sociedade pós-moderna vincula-se ao medo de não conseguir cumprir com as exigências da vida, fazendo com que a busca pela segurança, inclusive no trabalho, se torne uma questão prática individualizada e privada.

A impossibilidade real de apresentarem todas as exigências de empregabilidade foi avaliada pela questão “tenho medo de não conseguir arrumar um trabalho”, a qual apresentou uma frequência de 38%, sendo que o medo de serem integradas à marginalidade da sociedade é algo importante de ser pontuado dentro dos dados encontrados. A ausência de relações de trabalho estáveis ou mesmo a possibilidade de não encontrar alguma ocupação remunerada faz com que o indivíduo seja privado material e socialmente, havendo também sua rejeição do mundo simbólico do que é ser trabalhador, aumentando as chances de vivenciar exclusão social. Para Ribeiro (2009), a ruptura biográfica ocasionada pela situação de desemprego acarreta um movimento de desfiliação social, no qual a pessoa vai perdendo progressivamente seu lugar social no mundo e pode ter grande sofrimento psíquico (DEJOURS, 2007). O desemprego gera tristeza (TUMOLO, L. M. S.; TUMOLO, P. S., 2004; CARDOSO, 2004), sendo este sentimento aferido pela questão “tenho me sentido muito triste porque não estou

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

trabalhando”, a qual teve uma frequência de respostas de 45%, e está relacionada às tentativas frustradas de procura por emprego. Pelo menos 37% das entrevistadas declararam que estavam desempregadas fazia mais de um ano, visto que José-Silva (2006) sugere que a busca de emprego não ultrapasse o período de doze meses, para que a pessoa não se sinta desestimulada ou para que não sejam intensificados sentimentos negativos como tristeza, raiva, fracasso ou derrota, frente ao sentimento de exclusão ou sensação de perda de objetivos de vida.

Diante do quadro de insegurança que têm que enfrentar, comum à situação do desemprego, foi observada a presença de ansiedade em 38% das mulheres pesquisadas, por meio da questão “minha ansiedade aumentou porque estou sem trabalho”. Para Chahad, C. e Chahad, J. P. Z. (2005) a ansiedade está relacionada com a perda de sentido de vida proporcionada pelo trabalho, com o tempo para conseguir uma nova colocação e com a piora da situação econômica em função do desemprego. Entre as pessoas mais jovens, a falta de possibilidades de estabelecer uma carreira assalariada, tendo como opção para seu sustento muitas vezes o subemprego, também é fator de ansiedade. Como pondera Sennet (2001), o trabalho flexível reduz as possibilidades de manter relações sociais duradouras, tornando menor a viabilidade de construir sua identidade profissional.

Importante pontuar que das trabalhadoras avaliadas pelo menos 42,5% delas apresentaram algum tipo de sofrimento psíquico a partir da vivência da situação de desemprego. As relações de trabalho instáveis e flexíveis são geradoras de insegurança (de continuar empregado, conseguir ser contratado e obter uma renda a partir de seu trabalho, ou mesmo de ser demitido) e perda dos direitos historicamente conquistados, com piora das condições de saúde para todos os trabalhadores (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010). Seja por conta do desemprego ou pelo medo de ficarem sem renda, as pessoas acabam se sujeitando a piores condições de trabalho, que envolvem longas jornadas de trabalho, ritmos acelerados, pressões físicas e morais, falta de segurança para a realização das tarefas penosas e perigosas, muitas vezes sob regime de contrato informal, facilitando o aparecimento de agravos psíquicos.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Ainda, o fato da instabilidade e das exigências do mercado de trabalho atingirem mais as mulheres pobres (HIRATA, 2011) faz com que a ruptura em suas carreiras seja cada vez mais comum. Se para a trabalhadora ocorre o sofrimento psíquico pelo medo do desemprego, para a desempregada o sofrimento é originado pelo medo de não conseguir se inserir no mercado de trabalho (MELO; CASTILHO, 2009). Essas oscilações entre trabalho e desemprego favorecem a desestabilização da saúde mental da trabalhadora e de sua legitimidade enquanto cidadã, construtora de si e da sua identidade.

Considerações Finais

Embora se reconheça que o problema do desemprego necessita ser analisado de maneira macrossocial, pesquisar como as pessoas vivenciam essa condição a partir dos seus sentimentos ajuda a compreender de que maneira o mundo do trabalho contemporâneo tem contribuído para aumentar o sofrimento psíquico dessa população. A flexibilidade, a precarização e o desemprego são elementos que se inter-relacionam com os sentimentos relatados pelas entrevistadas, que são uma expressão do seu sofrimento mental.

Observou-se que as mulheres mais pobres e que tiveram que se inserir precocemente no mundo do trabalho dificilmente conseguirão uma colocação formal, e se inserem em trabalhos precários para obter renda para seu sustento. Entretanto, entre as qualificadas, também se verificou a dificuldade de conseguir emprego, o que demanda mais estudos que se aprofundem nas relações desiguais de gênero no acesso ao mercado de trabalho.

O medo, a ansiedade, a tristeza e a vergonha foram os sentimentos mais freqüentes verificados diante da situação do não-trabalho, sendo importante que a psicologia assuma um real lugar nesse contexto, compreendendo o desemprego além de um problema econômico, mas como um fato social que pode trazer efeitos subjetivos intensos para quem o vivencia. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de uma maior atuação em políticas públicas que incentivem a participação feminina no mercado de trabalho, que promovam a saúde de quem está sem emprego e que protejam as mulheres inseridas em trabalhos precários.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

O estudo teve como limitação o pequeno número de mulheres que foi investigada, o que sem dúvida merece cuidado para ser extrapolado para outros contextos, além de não terem sido feitas associações entre os sentimentos e as variáveis sobre escolaridade e tempo de desemprego, o que se sugere para o desenvolvimento do tema.

Agradecimentos

Ao apoio financeiro do CNPq e da FUNDECT do projeto de pesquisa “Prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC) em trabalhadoras que buscam emprego: um levantamento junto a mulheres desempregadas e inseridas em trabalhos informais em Corumbá e em Campo Grande”.

REFERÊNCIAS

- ABS, D.; MONTEIRO, J. K. Práticas da Psicologia clínica em face do sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo. **Psicologia em estudo**, Maringá v.15, n.2, p.419-426, jun. 2010.
- ARAÚJO; J. N. G. de; MONTEIRO, L. S. S.; LIMA; S. T. N. de; SOUZA, D. F. X. de. Trabalhadores em situação de desemprego: uma experiência de apoio psicológico. **Mental**, Barbacena, v.4, n.7, p.107–125, nov. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 nov.2014.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- ARGOLO, J. C. T.; ARAÚJO, M. A. D. O impacto do desemprego sobre o bem estar psicológico dos trabalhadores de Natal. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.8, n.4, p.161–182, 2004, Out./Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v8n4/v8n4a09>>. Acesso em: 24 out. 2014.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

BARROS, C. A.; OLIVEIRA, T. L. de. Saúde Mental de Trabalhadores desempregados. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v.9, n.1, p.86-107, jun.2009. Disponível em: <http://pepsic.bvalud.org/pdf/rpot/v9n1a06.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

BAUMAN, Z. **A vida fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna**. Lisboa: Editora Relógio d'água, 2007.

BRASIL. IBGE. **Notas metodológicas, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 15 Set. 2014.

_____. IBGE. **Sinopse do censo demográfico, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2011.

_____. DIEESE. **Mulher e Trabalho, 2014**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014pedmulhersao.pdf>>. Acesso em: 30 Out. 2014.

_____. DIEESE. Principais conceitos da pesquisa de emprego e desemprego, 2010. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>>. Acesso em: 15 Set. 2014.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero do Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.3, n.132, p. 537-572, set.-dez. 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132.pdf. Acesso em: 20 out. 2014.

CARDOSO, G. R. (2004). **Estou desempregado e não desesperado: a vivência do desempregado para trabalhadores frequentadores do SINE de Florianópolis**. p. 1-174. Tese de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87860/204234.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 Out. 2014.

CHAHAD, C.; CHAHAD, J. P. Z. Os impactos psicológicos e suas consequências sobre mercado de trabalho. **Revista da ABET**, Curitiba, v.5, n.1, p.179-218, jan.-jun. 2005.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/15693>>. Acesso em: 10 set. 2014.

COSTA, M. da S. G., DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v.19, n.2, p.89-156, abr.-jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v19n2/07.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

COTTA, F.A.; LEÃO, J.O. Subjetividade, medo e sentimento de insegurança na sociedade contemporânea. *Cadernos Zygmunt Bauman*, São Luís do Maranhão, v.3, n.5, Març./Abr. 2013. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/1701/1349>>. Acesso em: 06 Abr. 2015

COUTINHO, E. S. F.; ALMEIDA-FILHO, N.; MARI, J. J. Fatores de risco para morbidade psiquiátrica menor: resultados de um estudo transversal em tres áreas urbanas do Brasil. **Rev Psiquiatr Clin.**, São Paulo, v.26, n.5, 1999.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Rev. Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.19, n.1, p.29–37, Març. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pdf/psoc/v19nspe06.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ESTRAMIANA, A. et al. Bem-estar psicológico no Brasil e Espanha: um estudo comparativo. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v.12, n.1, p.5-16, jan-abr 2012.

FALQUET, J.; HIRATA, H.; LAUTIER, B. (COORDS.). Travail et mondialisation. Confrontations nord/sud. **Cahiers du Genre**, France, n.40, 1/2006.

FERREIRA, V., MIRÁS, M. T. de O. **O sofrimento psíquico do desempregado na contemporaneidade**. 2008. Recuperado em 15 outubro, 2014, de http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0424

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

FIGUEIREDO, V. C. N. (2008) **Trabalho e gênero: condições de trabalho das mulheres no setor de bijuterias e folheados**. 2008. p. 149. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?codevtls000435728&fdy>. Acesso em: 01 jan.2013.

FRANCO, T; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.35, n.122 p. 229-248, Jul./Dez. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v35n122/a06v35n122.pdf>>. Acesso em 15 Set. 2014

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GALEAZZI, I. M. S. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v.3, p.62-68, 2003.

GAULEJAC, V. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera, 2006.

GENNARI, A.; ALBUQUERQUE, C. Globalização e reconfigurações do mercado de trabalho em Portugal e no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.27, n.79, p.65-79, Jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a05.pdf>> . Acesso em: 24 Ago. 2014.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E. **Ensaio semiótico sobre a vergonha**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França Japão. CRH, Salvador. **Caderno CRH**, v. 24, n. spe 01, p. 15-22, Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a02v24nspe1.pdf>>. Acesso em: 25 Jan. 2015

JACQUES, M. da G. C. (1996). Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In Tamaio, A., J. E. Borges / Andrade & Codo, W. (Eds.) **Trabalho, organizações e Cultura** (pp 41/47). São Paulo, SP: Cooperativa de Autores Associados, 1996.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

JAHODA, M. **Empleo y desempleo: un análisis sociopsicológico**. Madrid: Morata, 1987.

JOSÉ-SILVA, M. F. J. **Para onde vamos? A saúde física e mental de ex-empregados do mercado de trabalho formal, do ramo de metalurgia, que se encontram empregados/ocupados na informalidade: um estudo corporativo entre Brasil e Argentina**. 2006. Tese (Doutorado em Integração da América Latina), São Paulo, SP. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponivel/84/84131/tde-151857/pt-br.php>>. Acesso em 12 Out. 2014.

LA TAILLE, Y. de. O Sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre , v.15, n.1, p.13-25, Ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a03v15n1>>. Acesso em: 13 out. 2014.

LANCMAN, S. O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S; L. I. SZNELWAR, L.I. (Orgs). **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p.25-36.

LEAL, G. F. Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, p.647-662, Março 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/12.pdf>>. Acesso em 15 Março. 2015

MELO, H, P, De.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan.-abr. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v13n1/06.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2015.

MONTREOZOL, J.R. et al. Consequências psicossociais do desemprego devidas aos desempregos anteriores e ao último emprego. **Aletheia**, v.27, n.1, jan-jun. 2008.

Oliveira, L. CARVALHO, H., VELOSO, L. Formas atípicas de emprego na União Europeia. Sociologia, Problemas e Práticas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, cidade, v.66, p. 27-48, mês 2011.

PINHEIRO, L.R.S.; MONTEIRO, J.K. Refletindo sobre o desemprego e agravos a saúde mental. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v.10, n.2, p.35-45, 2007.

Estudos do Trabalho

Ano VIII – Número 15 – 2015
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v10n2/v10n2a04.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.

RESENDE, S.; MENDES, A.M. A sobrevivência como estratégia para suportar o sofrimento no trabalho bancário. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v.4, n.1, jun. 2004.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572004000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 abr. 2015.

ROCHA, M. I. B. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo: Editora 34, 2000.

SENNET, R. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 5. ed. São Paulo, SP: Record, 2001.

SILVESTRE, A.R.; FERNANDES, L. Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos. **Sociologia Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v.27, p.27-44, 2014.
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12437.pdf>

SOUZA, W. F. de. Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho: o que a psicologia tem a dizer e a contribuir para a saúde de quem trabalha? **Fractal Rev. Psicol.**, Niterói, v. 25, n.1, p.99-108, jan-abr. 2013.

TUMOLO, L.M.S.; TUMOLO, P.S. A vivência do desempregado: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. **Espaço Acadêmico**, v.43, p.1-13, dez. 2004.

VEIGA, H.M.S.; SILVA, N.I.A. Construção de escala para avaliar sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados. **Avaliação Psicológica**, Ribeirão Preto, v.6, n.1, p.13-20, jun. 2007.